



CORTINA, Arnaldo e MARCHEZAN, Renata C. (org.)
(2004). RAZÕES E SENSIBILIDADES: A SEMIÓTICA
EM FOCO. SÃO PAULO: CULTURA ACADÊMICA,
ARARAQUARA: LABORATÓRIO EDITORIAL FCL/
UNESP/ARARAQUARA. 190 p.

*Diana Junkes Martha Toneto**

A existência de textos de semiótica em português vem crescendo nos últimos anos. Entre as razões desse aumento que estimulam, ao mesmo tempo que são decorrência da produção de conhecimento semiótico no Brasil, estão a publicação de importantes trabalhos de pesquisadores brasileiros e, também, a tradução de textos considerados verdadeiros marcos para as pesquisas recentes, entre os quais poderíamos citar: *Tensão e Significação*, de Jaques Fontanille e Claude Zilberberg, feita por Waldir Beividas, Ivã Lopes e Luís Tatit; *Da Imperfeição*, de Greimas, realizada por Ana Cláudia Oliveira; *Caminhos de Semiótica Literária*, de Dennis Bertrand, feita pela equipe do grupo CASA.

O livro *Razões e Sensibilidades: a semiótica em foco* organizado por Arnaldo Cortina e Renata Coelho Marchezan é, sem dúvida alguma, mais uma grande contribuição para os estudos de semiótica, não só pela profundidade dos aportes teóricos, advindos de reflexões de renomados semioticistas, brasileiros e franceses, como também pela riqueza das análises apresentadas, que complementam, ou ainda, para usar um termo derridiano, suplementam as reflexões sobre o atual “estado das artes” da semiótica de linha francesa.

* Doutoranda da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Araraquara.

A maior razão para que se elogie o livro talvez seja o tratamento da *sensibilidade*, que começa, aliás, pelo próprio título. A ênfase do livro é a incorporação do componente sensível nas análises da enunciação; a semiótica em foco é a discursiva. Na trilha de *Corpo e Sentido*, organizado por Ignácio Assis Silva (Ed. da UNESP, 1996), *Razões e Sensibilidades* avança, consideravelmente, uma vez que o conjunto de artigos demonstra a fundamental importância da incorporação da questão perceptiva, fenomenologicamente falando, nas análises, e mesmo na própria epistemologia. Isso implica, de certa forma, uma mudança no cerne das pesquisas semióticas, que passam a observar não apenas as fraturas, mas também a gradação e a continuidade.

Os três primeiros artigos, assinados por François Rastier, Marcos Lopes e Ivã Lopes, tratam de questões epistemológicas, fundamentalmente. Os artigos complementam-se e reiteram idéias um do outro. As questões tratadas por Rastier, no primeiro artigo do livro, são bastante gerais, tratam da delimitação e abrangência do objeto da semiótica. No segundo artigo, Marcos Lopes procura centrar a discussão na questão da extensidade, cuja modelização é proposta por Ivã Lopes em seu texto.

Semântica dos textos e semiótica, de François Rastier, propõe uma abordagem outra, um novo estágio de desenvolvimento das pesquisas. Desde as primeiras linhas, coloca em discussão o caráter restritivo que o signo, como objeto, constitui para o avanço da semiótica, tanto naquela que segue a tradição lógico-gramatical quanto na vertente herdeira de Saussure, Hjelmslev e Lotman. O autor aponta a dicotomia existente entre semiótica, que, circunscrita aos signos, trata da significação; e semântica, que se preocupa com o sentido, como se uma separação entre os signos e o texto fosse possível; o que se tem, de fato, é a co-existência de ambos – uma tensão em que a significação é relação e o sentido é percurso; não se pode deixar de considerar tanto a relação significante/significado como plano do conteúdo / plano da expressão. Essa é a no-



ção de semiose defendida por Rastier: uma semiose que valoriza a relação de significados inseridos no texto e (re)pensa os significantes como interpretantes, de modo que se aprimora a idéia da *Semântica Estrutural*, em que os traços semânticos são tratados como se fossem fonológicos.

Para além dos signos, significação e sentido poderiam caminhar juntos se os textos passassem a ser vistos como “performances semióticas”, que são determinadas por especificidades culturais – uma semiótica das culturas emergiria como possibilidade de redefinição das ciências humanas. Nesse sentido, a mediação semiótica seria imprescindível para a descrição de fatores culturais, normalmente abandonados pelas pesquisas cognitivas. O mundo semiótico, como nos diz Rastier, é mediador entre homem, mundo físico e mundo das representações – reside aí o novo paradigma epistemológico da semiótica, paradigma que passa a conceber o texto como um “curso de ação semiótica”, o que é possibilitado, entre outras coisas, pela concatenação de símbolos, consideração de gestos do enunciador, movimentos textuais. Por isso, a análise semiótica do texto não pode encerrá-lo em suas especificidades lingüísticas, são várias as semióticas que compõem as práticas comunicativas e, por conseguinte, os textos são formações culturais.

Efetuar esse trabalho impõe a assunção da semiose como resultado da interpretação e a interpretação, por sua vez, é percepção. A inclusão da percepção sugere a (re)estruturação de caminhos de análise para que incluam, por exemplo, a questão da extensidade. É exatamente essa a reflexão que o artigo *Semântica Extensiva*, de Marcos Lopes, traz à tona. É verdade que, como bem pontua o autor, a preocupação com a extensão existe desde Brondal, quando se começou a perceber as restrições impostas pelo pensamento e tratamento binário de aspectos como a complexidade e a neutralidade. O binarismo deixa de levar em conta as tensões, o jogo da “différence” derridiano.

Usando o interessante exemplo das bolinhas de gude claras e/ou escuras, o autor vai mostrando a seu leitor que o componente extensivo tem a vantagem de incluir quantificação nos modelos das ciências humanas e isso devido a sua perspectiva contínua. Essa idéia é interessante e percorrerá, de um modo geral, todos os artigos do livro – a continuidade e a gradação tem sido, aos poucos, incluídas nos modelos de análise fazendo com que a ruptura (que, por menor que seja, assinala a polarização e a binaridade) seja abordada de outra forma – como gradientes orientados, por exemplo.

Os modelos extensivos admitem a inclusão de termos no interior de uma mesma categoria e, nesse sentido, a comparação, a gradação e a ordenação tornam-se possíveis, ou seja, a intensão não é abandonada, mas passa a ser derivada das condições extensivas. Greimas nos dizia que é “pela mediação do corpo que se percebe o mundo e se produz sentido”, mas a fratura, no modelo extensivo, é tomada como um investimento *desigual* entre os contrários (gradação, ordenação), que se sustenta pela tensão, e é dependente do sensível; não mais pela *identidade* própria dos termos. Quanto mais se aumenta o número de termos na estrutura, maior o intervalo entre os contrários; mais fina a determinação da intensão. Os ganhos do modelo extensivo são interessantes.

Se pensássemos em termos de plano da expressão e plano de conteúdo, veríamos que o limite das relações semióticas é dado pelo fato de os termos da dimensão expressiva poderem desdobrar-se sem restrições, enquanto o mesmo não vale para o conteúdo; aí reside, por exemplo, a beleza do poema – suas diversas formas expressivas ritmo, som, imagem podem convergir em direção a um mesmo efeito de sentido. Já dizia Jakobson que o lingüista não pode ser surdo à função poética, que faz com que haja projeções (múltiplas) do eixo de seleção sobre o de combinação. Porém, considerando a abordagem semiótica proposta, não apenas no artigo de Marcos Lopes, mas em diversos artigos da coletânea, a semelhança entre o significante e seu significado não seria tão estanque

(binária?) quanto supunha o lingüista russo, porém seria dada pela relação de todos os significantes com o significado geral do poema. Essas relações, extensivas, são percursos orientados que, ao invés de serem sustentados pela diferença, pela oposição, são proporcionais.

Aqui cabe retomar algumas idéias apresentadas por Rastier: a semiose não pode ser simplesmente a relação entre significante e significado, mas deve englobar as relações que estabelecem o sentido e que vão tanto de significado em significado como de significante ao significado. É nesse espectro que os significantes podem ser vistos como interpretantes que permitem a construção dessas relações entre os significados do texto. Assim sendo, a identificação dos significantes parece ser um dos pontos de entrada da interpretação, mas, como nos dirá Rastier, ela (a interpretação) é marcada pelas esperas e persuasões que definem o contrato próprio ao gênero textual vigente. Por isso, o sentido não é fixado previamente, mas é produzido em um percurso que discretiza e une significados, passando por significantes.

Podemos perceber que a questão da extensividade vem, entre outras coisas, trazer uma contribuição para a percepção da comparabilidade entre os termos do percurso, que, dispostos ao longo de uma categoria, extensivamente, guardam a sua singularidade e, simultaneamente, englobam aspectos do termo que o precedeu. De acordo com isso, estamos considerando a rede de relações de que fala Rastier e não apenas as oposições. A semântica extensiva permite, justamente, o tratamento dos fenômenos graduais, que, como assinala Ivã Lopes em seu artigo, *Esquematisação da modalidade epistêmica*, já haviam sido previstas por Greimas e Courtés, no dicionário de Semiótica, quando da apresentação das modalidades epistêmicas.

Ivã Lopes apresenta, brevemente, o conceito matemático de cuspide, que tem como base uma ordenação que vai do mais simples ao mais heterogêneo e permite a visualização das etapas de

complexificação. A cúspide permite, portanto, a identificação de percursos semânticos; dado seu aparato, é possível visualizar tanto os extremos quanto as relações mais sutis entre os valores próximos – intensidade e extensidade.

A riqueza do que nos apresenta o autor consiste, portanto, no fato de se estar incorporando a tensividade no lugar das oposições tratadas pelo quadrado; o salto do modelo proposto está no aprofundamento do pensamento epistemológico, no adensamento das considerações acerca da semântica extensiva, na tentativa de sofisticação das ferramentas da análise; por outro lado, a complexidade do modelo pode ser um aspecto que restrinja seu uso. Os conceitos matemáticos são interessantes, mas envolvem, por isso, alguns procedimentos e conceitos (tangentes, hessiano, função) que estão por trás da idéia de determinação da cúspide e que, talvez, precisem ser considerados para a localização dos termos ao longo da curva.

Os dois artigos que vêm depois dessa etapa inicial, de discussão epistemológica, são de Dennis Bertrand e Jaques Fontanille e aliam reflexão teórica e análise incluindo, ou ainda, explicitando, os vínculos entre a enunciação e a dimensão sensível de corpo enunciante (não é à toa que Rastier enfatiza a prosódia).

A abordagem de Bertrand em *Enunciação e corpo sensível: poética da palavra em Michel de Montaigne* procura mostrar que a enunciação é um espaço significativo complexo. Com base na análise de *Essais* de Montaigne, Bertrand mostra o estreitamento de relações entre a incorporação pessoal e sensível da palavra de outrem no próprio discurso de Montaigne. A palavra do outro se insere e se entrelaça na sua, não a copia, reformula-a. Além desse aspecto, há, no discurso de Montaigne, a intervenção de um corpo que sofre (gravela – cálculos renais). Montaigne faz dialogar a imaginação (elemento passional) com o espírito (elemento racional), a fim de buscar uma maneira (argumentativa, persuasiva) de curar sua doença. O eu se decompõe em instâncias diversificadas do discurs-



so, a vida interior passa, nesse caso, a ser, ela mesma, um inigualável espaço dialógico.

Bertrand destaca, portanto, que há o estabelecimento de uma relação íntima entre a enunciação e o corpo sensível, cuja inserção na enunciação ocorre, principalmente, pelo uso da prosopopéia, a qual permite “a singularização e a personificação” dos elementos da vida psíquica em simulacros enunciativos. Essa fenomenologia enunciativa que fundamenta o exercício de autopersuasão de Montaigne permite, segundo o autor, que pensemos em dois grandes regimes enunciativos: “a imersão do sujeito no uso e a emergência do sujeito a partir de sua experiência sensorial”; em outras palavras, enquanto procura autopersuadir-se, Montaigne fica entre o que Bertrand chama de *manutenção da ética*, cujo poder argumentativo vem da razão e dos discursos presentes na cultura, e a *dilaceração do sensível*, que advém das dores que sente. Enquanto faz dialogar o inteligível e o sensível, a enunciação, por meio de suas operações de embreagem e debreagem, não se separa do corpo enunciante.

É a esse papel do corpo na semiose que está voltado o texto de Jaques Fontanille, *A semiótica do corpo: entre psicanálise, fenomenologia e antropologia*. Da mesma forma que os outros artigos, o de Fontanille revisa a abordagem da semiótica que, tradicionalmente, atinha-se apenas à explicitação da relação lógica entre as duas faces do signo ou aos dois planos da linguagem e sugere que há que se considerar o operador dessa relação, dessa semiose – o corpo; instância comum, mediador das duas faces do signo e dos dois planos da linguagem, que os reúne em um conjunto significante. Para o semioticista francês, uma representação discursiva das operações profundas do processo semiótico é fornecida pela forma e pelas transformações das figuras do corpo, o que implica um tratamento da questão enunciativa sob o ponto de vista fenomenal.

Fontanille reformula algumas das hipóteses da semiótica das paixões, fixando-se na “encarnação” das significações psíquicas.

Toma emprestado de D. Anzieu a metáfora do envelope para discutir de que maneira o actante semiótico toma forma a partir do corpo: substância semiótica, envelope sensorial e psíquico, que coloca em comunicação o “eu e o mundo para mim”, e que é, também, uma interface semiótica que abriga os conteúdos e inscreve as expressões.

Sua proposta é de uma semiótica da marca em que as formas significantes estão inscritas em um substrato material. Podemos, mais uma vez, notar a ênfase para o plano da expressão e para o aspecto do significante, de modo que, ao contrário do que se fazia antes, o acesso ao conteúdo é dado, em primeiro lugar, pelas figuras do plano de expressão. Nessa perspectiva, mister se faz a abordagem dessas figuras sob um prisma (multifacetado, reflexivo, repleto de arestas) cultural (voltamos a Rastier) e antropológico. Ao valorizar a produção e a interpretação, a semiótica da marca abrange o sensível, o corpo que enuncia e o que adere à enunciação, seus gestos; concomitantemente, mostra que a consideração dessa experiência advém de uma outra experiência, que é sensível também, mas, além disso, é cultural, social.

Se assim é, parece fundamental que o *éthos* do enunciador mereça especial atenção. Sobre esse aspecto discorre o artigo de José Luiz Fiorin, cujo título é, exatamente, *O Éthos do enunciador*. Depois de didáticas páginas iniciais, em que são retomados conceitos essenciais como debreagem, embreagem, enunciação, entre outros, Fiorin explica que o *éthos* é uma imagem do autor discursivo, autor implícito. A análise do *éthos* do enunciador é a análise do ator da enunciação e, a ela, inexoravelmente relacionada, está a adesão do enunciatário, que abraça o discurso porque se identifica “com o sujeito da enunciação, com um corpo, com um tom”, para explicitar isso discute alguns aspectos de Machado de Assis e dos jornais *Folha* e *Estado de São Paulo*.

Assim é que podemos entender uma das várias contribuições desse artigo: o discurso não é apenas um conteúdo, *mas um modo de*

dizer, e esse *modo de dizer* requer uma análise perceptiva, uma análise que inclua o sensível, o sujeito da enunciação e, também, o enunciatário (co-enunciador), que adere ao discurso de forma patêmica, jamais despreziosa. Vale lembrar que, como ressalta Fiorin, as grandes mudanças na literatura são marcadas por mudanças do *éthos*, isso significa que essa análise pode ser tomada não apenas do ponto de vista fenomenológico, mas, inclusive, cultural – por que será que há adesão do enunciatário a determinado tipo de texto e essa adesão pode ou não ser permanente? A proposta de uma abordagem perceptiva e cultural, que percorre os artigos do livro, é, mais uma vez, reiterada; idéia que surgiu com Rastier, foi discutida em termos de semântica extensiva e esquematização da modalidade epistêmica pelos irmãos Lopes, reencontrou-se em Bertrand e Fontanille.

Sem sombra de dúvida, essa adesão dá-se por diversos motivos, no caso dos textos artísticos há que se considerar o caráter estético. Renata Marchezan demonstra isso de maneira lírica e apaixonada na análise que faz do conto de Raduan Nassar, *Menina a caminho*, em que, ao mesmo tempo que explicita a significação do sensível, seduz o leitor, levando-o a aderir a sua leitura, como sujeito que sente o que ela nos mostra sobre a significação, o sentido do conto, destacando os valores culturais envolvidos na leitura.

No conto há uma menina, não-sujeito, alheada de seu fazer, que funciona mais como objeto, porém, objeto que sente, tomada que é a criança pelo medo, pela opressão, pela tristeza. Esse sensível que significa é que faz sentido para o leitor da análise: o corpo sente e reconhece valores sócio-culturais, éticos, estéticos, no encontro íntimo que é a leitura. Por isso é que se vai mostrar que existe um papel contundente da afetividade na organização, e mesmo na constituição de um texto, que, por sua vez, mobiliza a relação entre sujeito e objeto, entre os atores da enunciação.

Renata Marchezan explicita, em seu artigo, que a apreensão do evento enunciativo ocorre de modo que a “estetização do sujeito

semiótico transpõe o percurso teórico do particular estético e alcança a semiótica geral”, ou seja, nesse tempo de reconsideração do sensível e da experiência perceptiva, a leitura analítica precisa superar os aspectos estanques dos modelos para buscar no texto novas marcas, as expressivas fundamentalmente, que priorizam uma adequação da análise ao objeto, afinal, como ler um poema desconsiderando sua poeticidade? Parece-nos hoje, impossível, anacrônico, reduzir um texto artístico a um percurso gerativo de sentido que exclua, por exemplo, a figurativização, a poeticidade. Mais ainda: como ler as narrativas poéticas de Raduan Nassar desconsiderando os aspectos sensíveis, sensórios, de seus protagonistas? Como pode o analista deixar de, como leitor que é, considerar sua adesão ao contrato de leitura sugerido pelo texto a analisar? Podemos, por todos esses questionamentos, entender melhor a amplitude do título dado por Marchezan a seu artigo – deve haver mesmo uma semiotização do estético e, mais do que isso, uma estetização da semiótica.

Os artigos de José Luiz Fiorin e Renata Coelho Marchezan colocam-nos diante de mais uma etapa do instigante percurso de leitura a que somos conduzidos quando percorremos as páginas de *Razões e Sensibilidades*: a idéia geral vai sendo lapidada, a ela acrescentam-se detalhes (expressivos?) de grande envergadura analítica. Do *éthos* do enunciador à estetização da semiótica passamos, de fato, ao leitor, cujo papel já vinha sendo anunciado por Fiorin e Marchezan e, com clareza e profundidade teórica, é-nos explicitado por Arnaldo Cortina, que se vale do exemplo dos *best-sellers* para, definitivamente, assentar a relevância de uma nova visada na teoria semiótica, que incorpora a percepção, a cultura, a enunciação (em ato) como cerne de sua pesquisa.

Semiótica e leitura: os leitores de Harry Potter é um artigo que inicia retomando alguns conceitos da semiótica das paixões, para, em seguida, fazer dialogar a semiótica com a estética da recepção, que tem a fenomenologia como princípio filosófico de base. Dada a



orientação atual da semiótica, já exaustivamente apresentada nessa resenha, parece apenas fundamental destacar a enriquecedora contribuição da estética da recepção uma vez que esta considera que o sentido está presente na consciência de representação do leitor. Assim sendo, o ato de leitura é um diálogo entre autor e leitor que é assegurado a partir de três posições: a do texto, a do leitor e a da relação entre ambos.

Ao analisar a expectativas dos leitores de Harry Potter, Arnaldo Cortina está privilegiando a relação entre a experiência cultural do mundo (por que Harry Potter é um best-seller, por exemplo) com a experiência sensível da linguagem; seus leitores buscam uma forma de identificação com a história que lêem. A interpretação é resultante da leitura, não é ponto de partida, mas de chegada, como já sublinhamos nos comentários dos demais artigos. O leitor atualiza o sentido do texto de acordo com sua experiência cultural e sensível, expectativas e competências lingüísticas. Desse ponto de vista, mostra-nos o autor que a leitura é uma forma de ação de um discurso sobre o outro e seu objetivo é pensar, justamente, a dimensão passional do discurso sob ótica da leitura e não da produção; a leitura é um ato de criação inter-humano porque sua consideração transcende a compreensão que fica restrita à cadeia sintático-semântica do texto, assumindo-o enquanto ato de comunicação.

Os leitores de Harry Potter constroem o sentido do texto a partir do reconhecimento do revestimento figurativo dos temas de que tratam as histórias do pequeno bruxo: preconceito racial, justiça social, amadurecimento da criança, passagem da infância para a adolescência; também são abordados temas como a função da escola, a estabilidade ou desestabilidade familiar, enfim, o leitor de Harry Potter enxerga em suas histórias o mundo contemporâneo, mas não perde de vista o caráter mítico, de conto de fada que a história contém – a própria tensão entre a estrutura da narrativa tradicional, a presença de suas invariantes e a contemporaneidade do tema

é cativante. Como pontua Arnaldo Cortina, as histórias de Rowling são símbolo de uma vertente discursiva, por isso criam seu próprio público de leitores que aderem a ela, tanto sob o ponto de vista da sensibilidade quanto pela identificação de um imaginário cultural vigente. Aliás, percepção e cultura estão intimamente ligadas, a própria antropologia assume essa postura diante de seu objeto.

O imaginário cultural não se dissocia do corpo sensível. Percorrendo o fio de Ariadne que nos conduz por essa nova experiência semiótica, que dada a organização do livro nada tem de labiríntica, Edna Nascimento inicia seu artigo estabelecendo, pois, uma distinção entre imaginário, atribuindo a esse conceito a noção de coletividade; e imaginação, à qual vincula-se a idéia da individualidade. Retoma, a partir daí, definições de texto de Greimas e Edward Lopes que mostram que os textos são resultados de três definições a que correspondem três interpretantes: definição lexical (interpretante extradiscursivo), definição discursiva (interpretante intradiscursivo), definição ideológica (interpretante heterodiscursivo). Dessa forma, podemos pensar que o texto é a produção “de um novo saber sobre um saber comum” (vide exemplo de Harry Potter), a partir da articulação desses três discursos.

O objetivo de seu artigo é entender estratégias de persuasão usadas pelo sujeito enunciatador quando reatualiza percursos narrativos, temáticos e figurativos arquivados no imaginário cultural. O ponto de partida é dado por dois anúncios do Hotel Transamérica (Ilha de Comandatuba, Bahia). Os anúncios referem-se ao paraíso tropical que pode ser encontrado em Comandatuba, e constroem uma isotopia espacial eufórica tanto para o lazer (1º anúncio) quanto para trabalho (2º anúncio). Enquanto fazem isso, reconstroem o imaginário cultural a respeito da Bahia. O texto publicitário também reitera invariantes narrativas arquivadas no imaginário cultural, que espelham o desejo do enunciatário a ponto de confirmarem programas narrativos da própria vida. Ousaríamos acrescentar que esse acionar do desejo pela ativação dos arquétipos armaze-

nados no imaginário cultural coaduna-se à própria imaginação, esta da ordem da individualidade, daí o desejo, daí a excitação do querer de que nos fala Nascimento, de modo que, mais uma vez a perspectiva fenomenológica associa-se à cultura.

Cabe aqui uma pequena reflexão. Esse artigo, o antepenúltimo do livro, é muito importante porque mostra, justamente, como todo o arcabouço da semiótica construído até agora pode ser complementado pelos novos preceitos teóricos. Pensando na semântica extensiva apresentada por Marcos Lopes, é como se os artigos anteriores ao de Edna Nascimento fossem termos colocados na categoria (no caso, a semiótica), ampliando sua extensão ao mesmo tempo que tornam mais precisa a análise da intensidade (os aspectos já privilegiados pelo modelo). Não se trata, portanto, de desconsiderar as importantes contribuições feitas desde o surgimento da teoria, mas de ir colocando novas variáveis, ir adaptando às exigências da contemporaneidade a própria teoria, sem abandonar “o programa de base, de uso”.

Não diríamos, destarte, que a semiótica é um projeto em construção, como se fez há algum tempo, mas em evolução constante, justamente pelo seu papel de mediadora; não abandona o signo, mas vai além dele, não abandona a intensidade, mas a coloca incorporada à extensidade, não desconsidera a enunciação, mas passa a valorizar o *éthos* do enunciador e a adesão do enunciatário, não se restringe ao conteúdo, mas amplia seu horizonte de análise ao atribuir a importância devida à expressão. Confrontando a teoria com outras áreas do saber, que têm, inclusive, outros objetos, como é o caso, por exemplo, da cúspide de Thom, os autores de *Razões e Sensibilidades* (re)edificam, (re)instauram a identidade da semiótica greimasiana.

Os dois últimos artigos do livro vão nos conduzindo, aos poucos, à ruptura e à continuidade, sem abandonar a experiência do sensível e da cultura. O artigo de Diana Barros analisa o uso de estrangeirismos no português: *Uso dos termos estrangeiros no portu-*

guês do Brasil: imagens do outro e de sua língua. O uso dos estrangeirismos em nosso discurso impacta sobre a própria identidade dos sujeitos falantes do português. A identidade, segundo mostra-nos a autora, faz-se pela concorrência de elementos de três dimensões: assimilação, exclusão, agregação ou segregação.

Depois de analisar um pouco a relação dominante/dominado, mostra que os estrangeirismos no Brasil podem ser examinados de duas posturas. Ou o português é dominante e isso ocorre em relação às línguas dos índios, africanos e imigrantes; ou é dominado, o que significa que assimila estrangeirismos. O artigo irá considerar o caso do francês, cuja “dominação” prevaleceu até meados do século XX, com grande diversidade de usos e do inglês (em especial, o norte-americano) que passou a ser incorporado desde a década de 50 do século passado. Hoje em dia notam-se as influências dos dois idiomas.

O que é fundamental para a análise do uso dos estrangeirismos é observar a adequação do seu uso aos fins pretendidos pelos falantes; seu uso depende, inexoravelmente, da imagem que o falante do português tem da França ou dos Estados Unidos; portanto, os termos estrangeiros serão usados se forem eficientes para fins discursivos. Diana Barros indica que os termos franceses associam-se, majoritariamente, às artes, à culinária, ao requinte, ao literário. O inglês, por seu turno, associa-se à modernidade, à eficiência, à informática. Não é à toa que os textos dos críticos literários estão sempre repletos de termos franceses e os artigos dos economistas são inundados, *once for all*, de termos em inglês; são os meios que justificam os fins discursivos.

De um modo geral, Diana Barros pontua que o uso dos estrangeirismos cobre dois tipos de valores: o par novidade/antigüidade e o par identidade/alteridade. No primeiro par, estão em jogo as medidas temporais – o tempo que dura, permanece e é conservado determinado uso (continuidade); ou a fugacidade e o emprego passageiro, o modismo do uso de um termo estrangeiro (rup-

tura). No segundo par, a identidade vai assegurar o uso porque o tomará como normal, familiar (continuidade); e a alteridade, definida pela descontinuidade, não valida o uso porque o termo apresenta-se como bizarro, extraordinário (ruptura). Dessas variações, que correspondem à percepção cultural do termo e ao seu significado para o falante, dependerão seu uso, sua aceitação ou rejeição.

Chegamos a *Station Bourse*, e Lucia Teixeira mostra-nos o *que os olhos não vêem*. E os olhos não vêem, talvez, que as sensações percebidas já se apresentam como discurso. O texto de Lúcia Teixeira em seu movimento suave recupera os textos anteriores para mostrar, tão poeticamente quanto possível, que o sentido, ele mesmo, na repetição e na reiteração é que se produz; mais do que isso, o sentido não se produz na oposição, não necessariamente, mas na gradualidade, na continuidade, na extensidade e o mundo faz sentido na figuratividade, dependemos dela, da analogia, das figuras do mundo da imaginação e do imaginário cultural.

Dependemos da analogia tanto ou mais do que dependiam os homens primitivos: nós, os filhos do barro; eles, os pais da metáfora (Octavio Paz). Pais da metáfora que nos tornam capazes de perceber que a poesia percorre a vida. A função poética é *gradação* e se torna absoluta, intensa nos textos poéticos. A linguagem plástica guarda a poesia, encerra-a para rerepresentá-la na união entre expressão e conteúdo. Os sistemas talvez não precisem ser analisados, nesse caso, como semi-simbólicos. A autora observa, inclusive, que devemos tomar alguns cuidados quando usamos o termo semi-simbolismo uma vez que pode de um lado ser generalizante e, de outro, particularizante: ou implica o elencar de uma série de correspondências entre conteúdo e expressão ou pode implicar a adoção de uma complexa e específica gramática para cada texto analisado.

A plasticidade, da forma como Lúcia Teixeira apresenta-nos, é a propriedade da linguagem que se concentra sobre a dimensão figurativa do discurso, permitindo a construção de correspondências entre plano de expressão e plano de conteúdo, pelo espessamento

da materialidade discursiva. (Impossível não pensar aqui nos signos palpáveis de Roman Jakobson).

Estamos de volta ao sensível, ao modelo geral do qual partimos, ou melhor, não exatamente. Partimos em busca de *Razões e Sensibilidades*, voltamos imersos em inúmeras razões para tomarmos a sensibilidade como norte, agulha imantada, ajustada no sensível, no imaginário cultural que supõe a bússola instrumento de orientação: orientação-extensão. Intensão – intenção. Voltamos, jamais os mesmos. *Sensibilidades e Razões*, ou, como nos ensina Lucia Teixeira, voltamos (a nós, ao mundo) porque o olho tem que aprender a buscar o que o espírito vai depois reunir e de novo selecionar, para fazer significar”.